

Professora é condenada por apoiar a luta pela terra!

Aos camponeses pobres, aos estudantes, aos operários e trabalhadores em geral, aos intelectuais honestos, aos movimentos e personalidades democrática.

Em julho de 2010 saiu mais uma sentença absurda do judiciário rondoniense. A vítima desta vez foi a professora Yara, da Escola Popular. **Ela foi condenada ao pagamento de um salário mínimo ou ao trabalho comunitário (8 horas semanais por 3 meses) por poluição ambiental!** Em abril de 2007, Yara e outros dois ativistas colavam cartazes pelas ruas de Jarú denunciando o julgamento do camponês Wenderson, conhecido como Ruço quando foram presos e interrogados pela Polícia Militar!

Desde 2003 a professora Yara atua na Escola Popular. Ela trabalhou com educação de crianças, de jovens e adultos em Corumbiara e em Theobroma e na formulação e apoio à Campanha de Alfabetização em todo o estado. Durante todos estes anos Yara também tem uma militância ativa no apoio à luta pela terra, por isto é conhecida e muito querida por camponeses e professores da região.

Esta foi a verdadeira causa da condenação de Yara: apoiar a luta camponesa. Mas a “justiça” esconde seus motivos com a desculpa de “crime ambiental”. Ora essa, se estivesse realmente interessada em coibir a poluição visual condenaria todos os candidatos que espalham suas mentiras por todas as cidades durante o período da farsa eleitoral. Condenariam igualmente os organizadores de festas, shows e rodeios que divulgam seus eventos com cartazes.

Mas esta é a realidade em Rondônia: apoiar a luta pela terra é crime!

Lembremos resumidamente o caso Ruço.

O camponês Ruço foi preso no início de 2003 e processado injustamente pela morte de um pistoleiro do latifundiário Antônio Martins dos Santos, conhecido como Galo Velho, um dos maiores grileiros de terras públicas da região. Seu processo foi um exemplo de como a “justiça” atua a serviço do latifúndio no estado. A juíza Fabíola Cristina Inocência Sarkis cometeu toda sorte de irregularidades, dentre as quais, o adiamento do julgamento de Ruço em setembro de 2006. Ela temia que o júri popular inocentasse Ruço, pois uma ampla campanha de nível nacional e internacional denunciando a farsa de sua condenação atingiu a população de Jarú. Panfletos, atos públicos, entrevistas em rádios, debates em salas de aula e inclusive uma Carta Aberta assinada por quase 500 entidades e personalidades democráticas de renome, esclareciam a verdade que era escondida pelos monopólios dos meios de comunicação.

Remarcado para abril de 2007, os movimentos, entidades e ativistas democráticos, dentre eles a professora Yara, se desdobraram para fazer nova campanha de propaganda. Novamente passaram em rádios, salas de aula, distribuíram panfletos e colaram cartazes pelas ruas de Jarú. Centenas de pessoas acompanharam o julgamento dentro e fora do Fórum e finalmente Ruço foi libertado.

As perseguições ao camponês Ruço, a sentença contra a professora Yara não nos surpreende mais. É a realidade da luta pela terra em Rondônia e em todo o Brasil. Justiça só existe para os latifundiários. Aos camponeses e seus apoiadores restam os despejos, criminalização e desmoralização, prisões, processos e o assassinato por pistoleiros.

Esta situação que tanto nos indigna, tem que nos mobilizar. Temos que ampliar a justa luta pela terra, sua divulgação e defesa pelos quatro cantos do país.

Pelo cancelamento imediato da sentença contra a professora Yara!

0 povo quer terra, não repressão!Morte ao latifúndio!

Viva a Revolução Agrária!

LCP – Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental

MFP – Movimento Feminino Popular